



A denúncia da compra de votos na aprovação da reeleição ameaça a imagem, até aqui mantida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, do estadista cujo conceito se apoiava em dois pilares — eficiência e credibilidade

POPULARIDADE EM QUEDA

Ruy Fabiano
Da equipe do Correio

Quando recebeu prêmio internacional por desempenho em seu setor, ano passado, o proprietário da empresa de aviação TAM, comandante Amaro Rolim, afirmou, vaidoso: "Somente um acidente aéreo de grandes proporções pode ameaçar nossa empresa".

Dias depois, o jato *number one* da TAM desabava sobre residências, nos arredores do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, matando dezenas de pessoas e traumatizando a opinião pública.

O presidente Fernando Henrique, no auge de sua popularidade — e já de olho na reeleição —, declarou que somente um escândalo de proporções consideráveis poderia ameaçar a estabilidade de seu governo e o seu prestígio popular. O escândalo materializou-se há duas semanas, por meio de gravações de conteúdo explosivo, publicadas e repercutidas intensamente pela mídia.

Nelas, aliados do presidente — dois deputados do PFL do Acre, Ronivon Santiago e João Maia — revelavam ter recebido R\$ 200 mil para votar favoravelmente à reeleição. Não apenas: citavam mais três colegas igualmente beneficiados pela operação e apontavam dois governadores de Estado — Amazonino Mendes, do Amazonas, e Orleir Cameli, do Acre — e o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, o mais íntimo colaborador do presidente, como os operadores do processo.

Estará se repetindo a irônica fatalidade que abalou a TAM? É possível.

PERDA DE ALTURA

Levantamento nacional do Ibope, ainda não totalmente tabulado, constatou, de março para cá, queda de 70% para 50% no índice de aprovação do presidente. Um baque impressionante. Mas não é tudo: analistas do governo apostam que os próximos levantamentos serão piores, já que essa pesquisa é anterior à divulgação das fitas.

Pesquisa da Soma, feita no calor do escândalo, constatava, em Brasília, a maior queda de popularidade já sofrida pelo presidente. Fernando Henrique desde o massacre de trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, em abril do ano passado: perdeu oito pontos de uma só vez — caiu de 64% para 56% — na capital do país.

A aeronave do governo não caiu, é verdade, mas foi perigosamente atingida e perdeu altura. Está agora em busca de pouso de emergência para correções de rumo. O presidente sabe que as explicações dadas estão longe de ter convencido os setores formadores de opinião, que exigem apuração das denúncias por meio de CPI.

Teme, no entanto, que a CPI se transforme num palanque antecipado, que lhe imponha senão um destino igual ao de Fernando Collor, ao menos o da aposentadoria política compulsória após o atual mandato. O sonho da reeleição poderia não sobreviver à exposição massacrante de uma CPI. Não realizá-la, por outro lado, perpetua as suspeitas.

Tem-se então o dilema presidencial: como restaurar a imagem de político acima de qualquer suspeita sem correr novos riscos?

OS DOIS PILARES

A base sobre a qual erigiu-se o atual governo tem dois pilares fundamentais: eficiência e credibilidade. O primeiro resulta do êxito do Plano Real, que reorganizou a economia e estabilizou a moeda. O segundo é fruto da impecável biografia do presidente da República, inte-

lectual internacionalmente respeitado, com obras publicadas em diversos idiomas que são até hoje uma referência no campo da sociologia (não obstante ele mesmo ter sugerido que fossem esquecidas).

O dado novo é exatamente este: ambos os pilares estão duramente abalados e correm riscos. A consolidação do Plano Real, como estão fatos de repetir os técnicos da área econômica do governo, depende da conclusão do processo de reformas. O Plano Real sustenta-se hoje em alguns artifícios, como a âncora cambial, que sobrevaloriza a moeda e dificulta as exportações. O déficit na balança comercial, em decorrência, é o mais alto dos últimos tempos e apavora os economistas.

A restauração desse pilar depende da solidez do outro — o da credibilidade. E esse acaba de receber seu mais duro golpe, com as denúncias de compra de votos. Não foi essa, no entanto, a primeira vez que o governo Fernando Henrique se viu no centro de graves denúncias. Mas foi, sem dúvida, a que mais o abalou — e não apenas por não ser a primeira, mas, sobretudo, por ser o presidente o beneficiário direto das manobras denunciadas. Foi, a rigor, o primeiro escândalo que arranhou simultaneamente as imagens do governo e do presidente.

FAMINTOS CARENTES

O grande mistério do governo Fernando Henrique tem sido exatamente este: os escândalos que abalam o governo não respingam no presidente. O presidente passou a largo das turbulências decorrentes do assim chamado escândalo do Sivam. É possível que pouca gente se lembre do que ocorreu.

Em novembro de 1995, foram divulgadas fitas contendo gravação de conversas telefônicas do então chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto, embaixador Júlio César Gomes dos Santos, com o empresário José Affonso Assumpção, dono da Líder Táci Aéreo — e, na época, lobista da empresa norte-americana Raytheon, que disputava concorrência.

As conversas deixavam transparecer as estreitas relações pessoais entre ambos, em que os conceitos de público e privado se embaralhavam — o embaixador se beneficiava de caronãs em jatos da empresa do amigo em viagens para o exterior, oferecendo em troca informações privilegiadas de negócios públicos. As gravações mostravam também o interesse de ambos na aprovação do projeto do Sivam no Senado e faziam menção a nomes de parlamentares que precisariam ser convencidos a colaborar. Citava-se, quanto a isso, o nome do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), sugerindo-se que, para cooptá-lo, fosse procurado o senador José Sarney (PMDB-AP), apontado como seu mentor político.

Tudo ali era impactante: o teor e a linguagem da conversa (com termos, digamos assim, impróprios para funcionários graduados), os grampos e, sobretudo, quem os colocara. Descobriu-se a seguir que os responsáveis pela gravação clandestina — crime, segundo a Constituição — haviam sido também altos funcionários: o então presidente do Inbra (que na época dos grampos era secretário particular do presidente), Francisco Graziano (o mandante), e agentes da equipe de elite da Polícia Federal (os executores) — entre os quais, Paulo Belotti, irmão do diretor-geral da Polícia Federal, Vicente Belotti.

Falou-se em CPI dos grampos, pediu-se a cabeça de cada um dos envolvidos, mas, como agora, ficou-se na periferia da questão. Graziano, que acabara de chegar ao Inbra — e lá fazia um bom trabalho — foi demitido adivinhem por quem? Exato: Sér-

gio Motta. São de Motta as palavras, que se aplicam como uma luva a ele próprio, no caso presente da compra de votos: "O desgaste do governo com essa história está brutal e não dá para segurar o Graziano".

Júlio César deu-se mal: estava prestes a ser nomeado embaixador no México e não o foi. Somente agora, um ano e meio depois, conseguiu encontrar uma colocação razoável: vai para Roma, nomeado representante do Brasil na FAO, órgão da ONU incumbido de tratar da fome dos carentes em todo o mundo. O homem certo no lugar certo, como se vê.

Ninguém, porém, teve que dar maiores explicações. Os policiais prosseguem em sua carreira pública e Graziano é secretário de Agricultura em São Paulo. O projeto Sivam foi aprovado e o assunto caiu no esquecimento.

O interessante é que, em nenhum momento, a pessoa do presidente foi posta sob suspeita. Tratava-se de algo que ocorrera em sua periferia — e, óbvio, à sua revelia.

CIFRAS E NOMES

Um mês depois do escândalo dos grampos, outro pipocava, deixando o primeiro para trás: o escândalo da pasta cor-de-rosa. Documentos, recolhidos do cofre pessoal do dono do falido Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, continham nomes de políticos auxiliados pelo banqueiro em campanhas eleitorais. Havia nomes e cifras — cifras gordas e nomes influentes.

Lá estavam os nomes do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e do seu filho, o ex-presidente da Câmara Luís Eduardo (PFL-BA). Ou do senador e ex-ministro José Serra e do ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. O comitê eleitoral de Fernando Henrique também havia sido auxiliado. Cogitou-se mais uma vez de uma CPI para investigar as doações, sobretudo porque a suspeita maior de vazamento da pasta remetia ao Banco Central, mas a turma do abafa novamente venceu. O assunto fez circular mais adrenalina, mas, de concreto, nada rendeu — a não ser um prêmio jornalístico à revista *Istoé*, que levantou o assunto.

O presidente, mais uma vez, passou ao largo da história. Continuou como antes imune: nenhuma insinuação conseguiu aderir a seu perfil de vestal.

O SISTEMA FINANCEIRO

Seis meses depois, outro escândalo: a quebra fraudulenta do Banco Nacional, entre cujos proprietários estava a nora do presidente, Ana Lúcia Magalhães Pinto, casada com Paulo Henrique Cardoso. Descobriu-se que o banco inventara 652 contas-fantasma, que concentravam créditos fictícios de mais de R\$ 5 bilhões. Uma trapaça com o mercado na qual se iludiu a boa fé de investidores. O Banco Central, para completar, avalizou esses balancetes.

Não era o primeiro abalo do sistema financeiro. O Econômico já havia causado o primeiro impacto. Nem seria o último. Estavam na fila outros bancos de menor porte, além do Bamerindus, de propriedade do então ministro da Agricultura, José Eduardo Vieira. Em nome da saúde do sistema, o presidente anunciou a criação do Proer, Programa de Recuperação Financeira dos Bancos.

O Proer desovou, para salvar o sistema, nada menos que R\$ 20 bilhões — mais de seis vezes o valor pelo qual o governo vendeu seu lote majoritário de ações da Companhia Vale do Rio Doce. Pior: ninguém foi preso ou efetivamente responsabilizado. Mais uma vez, falou-se de escândalos e cogitou-

se de uma CPI. O governo — ou por outra, sua dedicada base parlamentar — agiu com eficiência para impedir maiores desdobramentos. O presidente dizia, antes como agora, que era preciso investigar as falcatruas do sistema financeiro e punir os responsáveis, mas achava (antes como agora) que CPI não era o caso. E não foi.

CAPIRAS VIOLENTOS

Nem só de escândalos financeiros viveu o governo. Houve também os escândalos da violência e da negligência: as chacinas de sem-terra no Norte do país — e Corumbiara, Rondônia, e Eldorado dos Carajás, Pará —, as mortes de 60 pacientes de hemodiálise em Caruaru, Pernambuco; de mais de 100 idosos numa clínica credenciada pelo INSS, no Rio; de duas dezenas de bebês em hospitais públicos de Rondônia, Ceará e estado do Rio.

Também esses acontecimentos passaram distante da imagem presidencial. A responsabilidade era dos sistemas de segurança e de saúde, anaerônicos, carcomidos, comandados por estruturas corrompidas e coisas do gênero. O presidente é apenas um solitário lutador pela elevação dos costumes, um aristocrata em meio a jagunços e fisiológicos, tentando desesperadamente levar o país ao Primeiro Mundo.

Essa impressão vigorou até há pouco, até que começou a soar falsa.

Se nenhum desses acontecimentos isoladamente teve força para manchar a imagem do presidente, a soma de todos eles contribuiu para o desgaste lento, gradual, mas seguro, de sua reputação. O clássico argumento segundo o qual "o rei é bom, mas está mal-assessorado" já não convence.

As fitas da compra de votos mostram que não há inocentes a bordo da aeronave do poder. Foi o próprio Fernando Henrique que escreveu certa vez, numa cartilha em que defendia o parlamentarismo e condenava o presidencialismo:

"No presidencialismo, o presidente, quando se vê em minoria no Congresso (...) acha mais fácil apelar para o é-dando-que-se-recebe. Consegue eventualmente aprovar os projetos do governo, mas solapa a disciplina partidária, ajuda a desmoralizar a atividade política e acaba agravando a instabilidade de sua própria base parlamentar. E assim se fecha o círculo: fisiologismo, instabilidade, mais fisiologismo".

Qualquer semelhança com a situação presente não é mera coincidência. O governo é maioria apenas quando capitula ao é-dando-que-se-recebe. Quando não, vê-se em minoria. O presidente padece da enfermidade que ele mesmo diagnosticou. Sua imagem já não está intacta.

A tendência, sobretudo após o escândalo das fitas, que se relacionam com sua reeleição e envolvem aliados seus, é ser cada vez mais cobrado diretamente pelos atos de seu governo, ainda que ocorridos na sua periferia.

Em *O Retrato de Dorian Gray*, Oscar Wilde descreve a história de um aristocrata que consegue transferir para sua imagem pintada num retrato os desgastes inerentes a seus atos de devassidão e à passagem do tempo. Com isso, torna-se eternamente jovem, até o dia em que ele próprio já não mais tolera a farsa e o encanto se desfaz. Em segundos, absorve todos os impactos de que se havia preservado em anos. Sua imagem começa a ficar parecida com a sua vida e ele não sobrevive a esse impacto.

Guardadas as proporções, é o risco que o presidente começa a correr: o de sua imagem ficar parecida demais com a de seu governo.